

Dados preocupantes nas missões de Paz

Não queremos ser alarmistas, nem queremos avolumar os problemas que existem, mas não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação com um conjunto de problemas que têm vindo a lume na imprensa e não são desmentidos. Uma coisa é estarmos disponíveis para servir o País onde quer que ele precise de nós, outra, distinta, é os responsáveis pela decisão política de nos enviarem para qualquer parte do globo não dotarem as forças empenhadas com os meios materiais e logísticos adequados para o cabal cumprimento das missões, com o mínimo de riscos para os homens envolvidos e com o máximo de garantias para si e para as suas famílias, a todos os níveis.

Sabe-se que a força de fuzileiros que foi incumbida da missão no Kosovo teve de pedir armamento ligeiro ao Exército porque o que dispõe é antiquado e inadequado segundo os critérios da ONU. A força de fuzileiros que foi para Moçambique, para além da repetição do problema do transporte, esteve, pelos menos, os primeiros 15 dias a água e a ração de combate, para além de não disporem de outro transporte que não fossem os botes.

Os camaradas que estão em Timor ainda não conseguiram corresponder-se com as famílias nem estas com eles. Como solução de recurso estava em marcha uma alternativa rocambolesca: os camaradas escrevem as cartas, fecham-nas nos envelopes, dão o dinheiro para os selos à tripulação do C130, e estes, chegados a Darwin, adquirem os selos e colocam-nas no correio. Estes camaradas foram enviados para o território com equipamento inadequado, nomeadamente as botas concebidas para a zona dos balcãs e não equatorial.

É público que os alemães, após a fase dos bombardeamentos, fizeram medições de radiações nos terreno e verificaram que o nível de radiações era superior ao de Chernobil cerca de três vezes. Sabe-se que tanto nos Balcãs, como em Timor e em Moçambique as condições higieno-sanitárias são muito incipientes ou mesmo inexistentes. Pergunta-se: que medidas cautelares foram tomadas pelos responsáveis políticos para assegurar a redução de riscos ao mínimo? Sabe-se que tipo de armamento foi utilizado na Sérvia e no Kososvo, conhecidos que são hoje os problemas resultantes da guerra do Golfo, a Tempestade do Deserto?

Não queremos ser alarmistas, mas gostaríamos de ver estas perguntas respondidas a contento para bem de todos.

Lê e Divulga



O SARGENTO

Ainda o suplemento de residência

Há dias, por via da nova forma de correspondência, a internet e os seus E-Mail, recebemos um desabafo de um jovem camarada colocado numa unidade do Entroncamento. Relatava o camarada que terminou o período de 5 anos em que beneficiou do Suplemento de Residência (SR). Porém, continua a mais de 200 km de casa, sem possibilidade de ser colocado mais próximo de casa nos tempos mais próximos, tem dois filhos pequenos em idade escolar, a companheira tem emprego na zona da sua residência habitual, e, agora viu o seu vencimento reduzido em cerca de 30 contos. Perguntava o camarada se tinha de suportar esta situação sem dizer, sequer, uma palavra, sem possibilidade de manifestar o seu descontentamento.

Este é o problema de todos os camaradas do Exército e da Força Aérea que usufruíram deste suplemento nos últimos 5 anos. Já os camaradas da Marinha continuam a lutar por, um dia, poderem usufruir também.

O SR veio regulamentar o direito a alojamento condigno, para si e seu agregado familiar, na área da unidade de colocação quando tal implica deslocação da sua GMP (guarnição militar de preferência), estabelecido pelo ponto 2 do artigo 122 do DL 34-A/90, o anterior EMFAR (actual art. 118º do DL 236/99). No seu preâmbulo o DL 172/94, que veio implementar o SR, esclarecia que este suplemento vinha também substituir o *regime jurídico que regulava o subsídio mensal de deslocação*. O direito a este subsídio vigorava enquanto vigorasse a situação de deslocação, o que não se verifica com o actual SR. Portanto, ao vir instituir um direito conferindo-lhe um período de usufruto limitado, revogou outro com um período de vigência ilimitado, com claro prejuízo para os camaradas que se encontram na situação do camarada colocado no Entroncamento.

Mas, mesmo este direito, poderá estar ameaçado na forma em que está a ser aplicado pelo Exército e pela Força Aérea. A Marinha, pressionada internamente por na prática ter negado este direito aos seus homens, tem agora uma iniciativa de proposta legislativa de revisão do DL 172/94, com a redacção dada pelo DL 60/95, e que, no essencial, pretende exportar para os outros ramos a sua interpretação e aplicação restritiva da lei.

Porém o ponto 1 do art. 118º, e agora 122º do DL 236/99, estabelece o direito de alojamento condigno na unidade para todos os militares, bem como o direito a transporte da unidade para a zona da sua residência e regresso. Ora, com o actual nível de restrições orçamentais e de degradação das frotas automóveis das nossas FA, implicam que a maioria não usufrui de transporte. **Está na hora de se regulamentar este direito, na forma de um DL que estabeleça um Suplemento de Transporte.** Este direito assume uma importância tanto maior quando se avolumam as ameaças para extinguir o velhinho ¼ de bilhete nas viagens da CP.



Os 25% de acréscimo de tempo de serviço à luz da CGA

A CGA tem acerca do tema uma leitura muito própria, restritiva e lesiva dos interesses dos beneficiários. Pretende que o DL 236/99 de 25 de Junho só produz efeitos a partir da data da sua publicação, o que implicaria que todas as gerações de militares actualmente no activo praticamente não beneficiaria desta medida.

Desta vez os ramos fizeram uma interpretação correcta do DL e estão a calcular as pensões de reserva com base no tempo de serviço militar composto pelo tempo de serviço efectivo acrescido de 25% de tempo de serviço, para a generalidade, contando-o a partir da data de ingresso nas fileiras. De notar que a própria CGA no primeiro mês calculou

os tempos de serviço deste modo, tendo de seguida suspenso as respostas aos pedidos de contagem requeridos pelos beneficiários.

Em audiência concedida no passado dia 27FEV aos órgãos sociais da ANS pelo MDN, os nossos camaradas tiveram oportunidade de colocar S. Ex.^a ao corrente do problema e na gravidade das suas consequências. S. Ex.^a o MDN sugeriu que uma solução para o problema estava na publicação de um despacho interpretativo produzido por si, criando a expectativa animadora deste problema ser solucionado brevemente.

Mas este problema levanta uma questão interessante: porque razão nós, os beneficiários e contribuintes, não estamos representados nos órgãos administrativos da CGA?

Desporto na ANS

"O homem sonha a obra nasce" é uma frase que ilustra bem o surgimento do departamento desportivo da ANS. Está em fase de criação o departamento destinado a dar expressão prática às pretensões de muitos dos nossos sócios que pretendem, no desporto, defender a camisola da ANS.

Esta ideia começou a tomar corpo com a participação de 47 sargentos, dos quais sete mulheres, na meia maratona de Lisboa e com a assinatura de um protocolo de cooperação com o clube "O Arripiadense", do Arripiado, uma colectividade às portas do CM Santa Margarida. Esta colectividade tem uma secção de triatlo com 18 atletas, 13 dos quais sargentos.

Já há outro grupo de camaradas interessados em inaugurar uma secção de orientação, desporto no qual nós, sargentos, temos alguns dos melhores especialistas. Portanto, nesta área, os limites de intervenção só dependem da vontade dos sócios.

A única condição é que as secções criem as condições para funcionarem autonomamente.

Para além de um calendário de provas de atletismo oportunamente remetido para os delegados, já está em agenda a participação de uma equipa da ANS na prova de atletismo, em 16 de Abril, promovida pela Junta de Freguesia de São João de Lisboa à qual pertencemos.

Para a preparação desta prova bem, como das questões relacionadas com a organização do departamento, vai realizar-se uma reunião na sede da ANS nos próximos dias 10ABR. Se estás interessado comparece e trás um amigo. Em caso de dúvidas contactar o camarada Florindo.



Apelo do 2SAR Zenóbio

'Xcentíssimo S'or Ministro das Finanças:

O meu amigo 1sar Figueira agradece que não lhe desbloqueie mais nenhuma fase, porque em Janeiro, como levou menos dinheiro para casa do que em Dezembro, a mulher dele fez um escarcéu do diabo. Pensou que ele tinha gasto o dinheiro noutro lado e, afinal foi vossemecê que ficou com ele no IRS.

O meu amigo Libório disse-me que o outro ministro, aquele que é do Porto, das polícias, nomeou um assessor a ganhar p'ra cima de 800 contos livres de impostos. Não será possível o s'or ministro nomear a gente todos p'ra assessores de vocemecê?

Cá o Zenóbio e o Figueira agradecemos. Cumprimentos à família.

Do Zenóbio

O segundo ramo da GNR

Muita tinta tem corrido acerca deste tema: a GNR vir a ser integrada nas FA como um quarto ramo. Mas, fazendo fé no plano de execução da participação daquela força de segurança na missão de Paz em Timor, talvez fosse mais adequado que as FA se transformassem em segundo ramo da GNR.

Já se sabia que a GNR tinha prescindido dos meios da FAP por estes se revelarem mais caros e menos versáteis nos horários dos serviços prestados do que a aviação civil dos países da área. Também se sabia que a GNR alugou um navio para fazer transportar os seus equipamentos para a área de operação – supõe-se que por não confiar nos meios utilizados pelas FA. E com esta independência logística conseguiu ter os equipamentos a tempo e horas sem mais prejuízos para os seus homens.

E isto é notório, por exemplo, nas forças aquarteladas no campo de aviação de Baucau onde estão representados os três ramos e a GNR, um em cada canto para marcar as posições (quando é que termina o espírito das quintinhas?). O ar condicionado para as tendas do Exército ainda está a navegar algures no Indico, enquanto no terreno os camaradas abafam com calor e mosquitos. A FAP idem. Os da Marinha supõe-se que não se dão a esses “luxos”. Os da GNR refugiam-se nas suas cómodas tendas sempre que não têm de estar fora delas por motivos de serviço.

Os camaradas dos três ramos estão a rações de combate e água desde que lá chegaram. Os da GNR fretaram um avião que lhes permite abastecerem-se na Nova Zelândia de produtos frescos: sempre que o avião aterra em Baucau os camaradas esforçam-se por conter a saliva e as ganas.

Como se tudo isto não chegasse, os nossos camaradas levaram como peça de pequeno equipamento botas apropriadas para o clima da Bósnia e do Kosovo: como se encontram num clima equatorial húmido, imagina-se como terão os pés.

Pela amostra constatada desta primeira missão podemos concluir duas coisas: é mais conveniente as FA aderirem à GNR como um segundo ramo; tal como na Europa a que aderimos, entre as FA e as Forças de Segurança (FS) andamos a duas velocidades – nós em passo de marcha fúnebre e as FS em nasso de corrida.

Consultório Jurídico.

Pergunta: Sou SAJ reformado da Marinha e ouvi dizer que os camaradas da Força Aérea estão a receber um complemento de pensão. O que é isso? Também tenho direito a receber? Como posso reclamá-lo?

Resposta: O DL 236/99, de 25JUN, o actual EMFAR, veio estabelecer no seu artigo 9º que:

“1. Quando da aplicação das alíneas a) e b) do n.º1 do art. 160º do Estatuto resultar, para os militares que ingressaram nas Forças Armadas em data anterior a 1 de Janeiro de 1990, um montante da pensão de reforma ilíquida inferior à remuneração da reserva, líquida do desconto para a Caixa Geral de Aposentações, a que teria direito caso a passagem à situação de reforma se verificasse na idade estabelecida para o regime geral da pública, ser-lhes-á abonado, a título de complemento de pensão, o diferencial verificado.

2. As verbas eventualmente necessárias para fazere face ao abono previsto no número anterior serão anualmente inscritas no orçamento da defesa nacional e serão pagas pelos ramos a que os militares pertencem.”

Concluindo: De acordo com a nova legislação, é consagrado, desde 1 de Julho de 1999, o direito ao abono de um complemento de pensão sempre que a pensão de reforma ilíquida seja inferior à remuneração de reserva, líquida do desconto de 10% que o militar descontou para a CGA, a que teria direito caso a sua passagem à situação de reforma se verificasse na idade estabelecida para o regime geral da função pública, 70 anos.

Na Força Aérea o abono passou a ser processado desde Novembro de 1999, com o recebimento dos meses desde Julho desse ano. Acresce que a 3ª Repartição da Direcção de Finanças do Comando Logístico- Administrativo da Força Aérea não se limitou a fazer os pagamentos, mas enviou para casa dos aposentados uma circular bastante explicativa sobre a razão do pagamento do abono e respectivos cálculos. Uma acção que deveria ser normal, mas, porque rara, sublinhamos.

O camarada deve dirigir-se à repartição do pessoal do seu ramo e apurar o procedimento para passar a usufruir desta medida. **Em caso de mais dúvidas dirija-se à ANS.**



**Transfere os teus SEGUROS para o grupo ANS
Ao aderires a este grupo terás ganhos consideráveis.**

Pede uma simulação na sede da ANS às sextas-feiras das 14 às 18h00 ou pede informações ao delegado da tua unidade.

Editorial

O avolumar da indignação

Lamentavelmente os problemas com que nos debatemos, e não obstante as aberturas havidas no sentido do diálogo, continuam por resolver. Por falta de orçamento uns, alega-se, por falta de vontade outros, pretende-se iludi-los. Mas também porque os CEM persistem em ocupar o espaço da representação dos interesses sócio-profissionais dos cidadãos militares. Como se estes não tivessem já e por diversas formas manifestado o seu descontentamento pela ineficácia dessa pretensa representação. Ao fazerem-no os CEM criam dificuldades ao desenvolvimento do associativismo militar para um estatuto que lhes permita fazer melhor aquilo que os chefes já não têm condições legais nem políticas para cumprir com êxito.

Um aspecto que ficou saliente durante a discussão e conclusão do actual Sistema Retributivo foi que, para além da ineficácia da intervenção dos CEM nesta área, a solução encontrada tem um pendor favorável aos oficiais iniludível. Atente-se na progressão da escala indiciária daquela categoria comparativamente com a que a comissão criada pelos CEM encontrou para nós. E é precisamente essa concentração indiciária nos postos de SAJ, 1SAR e 2SAR que provocou, mais uma vez, os problemas que vieram a verificar-se.

Toda a sociedade recebeu a notícia de que os militares tinham sido aumentados e que, de entre eles, os sargentos tinham sido os mais beneficiados. Para além desta notícia dada pelo ex-MDN ser falsa, para cúmulo, em Janeiro houve camaradas que ficaram a receber menos do que receberam em Dezembro. Tal foi a natureza da tabela indiciária que aquele membro do Governo engendrou com base na produzida pela tal comissão. Arranjou forma de nós ficarmos com a fama de ter recebido o aumento e o Governo, por via do IRS, ter vindo ainda a levar parte do que já se recebia.

A causa do descontentamento, porém, não reside só nos vencimentos. Questões de carreira colocam-se com um dramatismo cada vez maior. Na Armada, porque o ramo não subscreveu a medida extraordinária que beneficiou os CTEN com 18 anos no posto actual e anterior, porque continuou a restringir a redução dos tempos mínimos de permanência nos postos a algumas classes e, mesmo para estas, aumentou esses tempos, hoje umas classes têm vagas nos postos cimeiros mas não têm ninguém nas condições de promoção e noutras classes camaradas aos quais foi coarctada abruptamente a expectativa de alcançarem o topo da sua carreira. O exército, onde se pensa que todos os quadros têm acesso aos postos cimeiros com menor tempo de serviço, existem cerca de 40 camaradas com mais de 18 anos de tempo de permanência no posto 1SAR – mas também a perspectiva de promoção dos 1SAR dos outros quadros está a aumentar vindo a envelhecer rapidamente. Os camaradas da FAP apesar de beneficiarem da medida extraordinária dos 18 anos estão a ver gorados os aumentos dos seus quadros orgânicos. Se espaço houvesse poderíamos apontar muitos outros problemas.

Resposta para esta situação: continuar disponíveis para lutar pelos nossos interesses; manter a serenidade para reduzir o campo de manobra às tradicionais forças que nestes momentos espalham boatos e criam cenários de radicalização; confiar nas nossas forças, inteligência e capacidade de intervenção; privilegiar o diálogo até ao último alento de esperança de solução; e nunca esquecer que lutando já obtivemos muito do que temos hoje – lutando havemos de construir o futuro.

Últimas actividades:

- No dia 27MAR uma delegação da direcção da ANS foi recebida em audiência pelo Ministro da Defesa Nacional. Foram abordadas questões como: o Sistema Retributivo; A Linha Verde; Os Seguros de Vida para pessoal empenhado em missões humanitárias e de Paz; o problema da CGA.
(Ver comunicado nacional nº 3/2000 de 4ABR).
- Também o Presidente da AR recebeu em audiência uma delegação da ANS, no dia 29MAR, para apresentação de cumprimentos.
- Com os Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda e do PSD, realizaram-se audiências, nos dias 28MAR e 5ABR, respectivamente. Decorreram em ambiente construtivo e foram abordadas questões relacionadas com o art. 31º da LDNFA e da revisão, em curso, do EMFAR.
- A fim de preparar a agenda relativa à presença do Comité Executivo da EUROMIL, reuniram na sede da ANS as associações ASMIR, AOFA e ANS.
- A Direcção da ANS representou-nos nas seguintes iniciativas: no seminário promovido pela ANCE, no ISCSP; na sessão solene da 1ª Assembleia Geral Ordinária da Revista Militar; na tomada de posse dos Órgãos Sociais da ANMM.
- As CPR dos ramos reuniram para tomada de medidas tendentes a reforçar e dinamizar a sua actividade.



Actividades agendadas

- ❑ Audiência com S. Ex.ª o Presidente da República no dia 11 de Abril, para apresentação de cumprimentos.
- ❑ Deslocação aos núcleos: de Coimbra, F. Foz e S. Jacinto no dia 8ABR; e no Clube de Sargentos do Exército, em Gaia, no dia 9ABR com os núcleos do Porto, P. Varzim, Gaia e Paços de Ferreira.
- ❑ Participar na 64ª Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido, no Mosteiro da Batalha, no dia 9ABR, a convite da Liga dos Combatentes.
- ❑ Participar na Sessão Solene de Encerramento do 4º Congresso Nacional da ADFA em Lisboa.

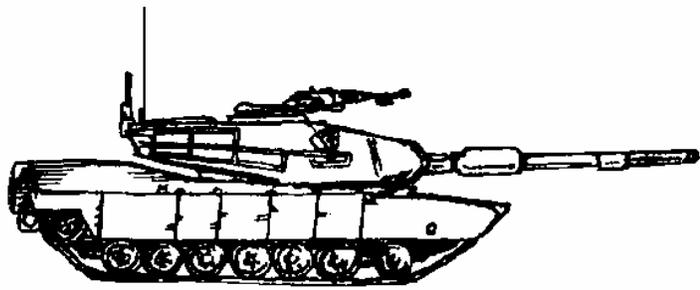
De salientar que estas duas cerimónias serão presididas por S. Ex.ª o MDN.

Actividades com os núcleos

- Realizaram-se reuniões com os núcleos de Vendas Novas, no dia 1MAR, e com o núcleo de Entroncamento/S.ta Margarida, no dia 14MAR. Desta segunda reunião há a destacar a forte presença de delegados, cobrindo a maioria das unidades da área, pese embora o número de pessoal empenhado e em preparação para as diversas missões operacionais. E também a preocupação de incrementar a visibilidade e o funcionamento da ANS junto dos sargentos, matéria para a qual surgiram várias propostas de trabalho.

Iniciativas interessantes

- Começa a ser uma prática, e um exemplo a seguir, o convite a delegações da ANS para comparecerem em almoços nas messes das unidades. Ainda no ano passado os sargentos do BST convidaram delegações da ANS para dois jantares realizados na messe daquela unidade, contando com a presença e filantropia do chefe da classe. No passado dia 24MAR uma delegação da ANS foi gentilmente recebida pelo chefe da classe da EMEIm.
- A delegação que foi recebida pelo MDN no passado dia 27MAR foi cordialmente recebida pelo chefe da classe do COFA com o qual almoçou



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

os termos da alínea a) do 9º dos Estatutos, e da alínea a) do número 1 do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a **Assembleia Geral Ordinária** a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, nº 57 – 2º, Lisboa, no dia 27 de Abril de 2000 pelas 18h00, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- Discussão e votação do Relatório e Contas do ano 1999
- Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2000

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, no mesmo local e dia, pelas 19h00, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do art. 11º dos Estatutos.

Lisboa, 5 de Abril de 2000

O Presidente da Assembleia Geral

Manuel João Teixeira da Silva

Acerca dos Regulamentos da Avaliação de Mérito (RAM)

Recebemos um extenso estudo, bem elaborado por camarada da EPAM, P. do Varzim, propondo o incremento da discussão em torno da Avaliação do Mérito e dos respectivos regulamentos.

Esta discussão já foi iniciada na 1ª Conferência Nacional de Delegados e alguns pontos lançados para discussão constam no Caderno editado com a compelição das intervenções aí produzidas.

Porém estamos atrasados na dinamização do debate necessário. É necessário que os núcleos e os delegados promovam reuniões e/ou encontros com os sargentos especificamente para discutir o problema das carreiras no qual está inserido o problema da Avaliação do Mérito.

A direcção, por sua vez, vai lançar um conjunto de iniciativas com propósito de dinamizar e sistematizar o debate, compilar os trabalhos que entretanto os camaradas colectiva ou individualmente nos enviarem.

Esta é uma matéria importante, devemos dar-lhe a atenção que merece e o camarada da EPAM realça. Só assim poderemos tomar em mãos o nosso destino.

Dialogar, como???

Desde sempre a ANS tem defendido a importância e necessidade do diálogo, com todas as entidades Órgãos de Estado, como meio para encontrar as melhores soluções para os problemas que afectam a Instituição Militar e quem nela encontrar a forma de servir o País e a Pátria.

Ao escolhermos este caminho como o mais seguro, profícuo e capaz para atingirmos o desiderato a que nos propusemos – DIGNIFICAÇÃO – não o fizemos de ânimo leve, por oportunismo ou qualquer tipo de falsidade. Fizemo-lo por convicção e profunda certeza, filosófica e ideária, de ser este o caminho que nos levaria ao sucesso.

Mas sempre tivemos como certo que dialogar não é sinónimo de conversar. Dialoga-se quando se conversa com seriedade, lealdade, abertura de espírito e empenho na procura das soluções para os problemas que geram a dita. Sem estes princípios e postura a conversa torna-se na antítese do diálogo.

Ensina-nos a vida que para se dialogar é necessário e fundamental quebrar com as dúvidas, suspeições e incompreensões. É necessário e fundamental vermos da outra ou das outras partes o que de positivo têm ou possam vir a ter, acreditarmos na bondade das relações democráticas e praticá-las.

É necessário e fundamental quebrar amarras, dogmas e qualquer tipo de estigmas que a dúvida ou incompreensão algum dia tenha criado. Torna-se fundamental quebrar com formalismos e o gelo na relação institucional.

LUBI -

Lubidente - Centro Médico e Dentário, Lda

A firma LUBIDENTE oferece aos associados da ANS, e seus dependentes directos, o desconto de 15% nos tratamentos de **Estomatologia**, incluindo **Protéses Dentárias e Ortodôncia**, bastando para tal a apresentação do respectivo cartão de sócio.

A LUBI fica situada em Queijas, na Rua Professor Noronha Feio, 12-A, e tem os telefones: 21 416 06 72 e 21 418 30 41.

A ANS está a negociar protocolos com empresas **Gasolineiras e Operadores de Telemóveis**.

Adere à ANS
Junta-te a nós

Protocolos com benefícios directos para os sócios.

Com o propósito de beneficiar os sócios da ANS, têm as Direcções negociado e estabelecido protocolos de grupo, com empresas nos diversos ramos de actividade.

Neste sentido já foram concretizados com diversas companhias de SEGUROS através de uma empresa correctora, com uma empresa de revenda de pneus, a Hiper-Pneus e com uma Clínica dentária a LUBI - Centro Médico e Dentário, Lda.

Seguros - Como exemplo da gama de produtos disponíveis, adiantam-se os seguintes:

- **AUTOMÓVEL** (incluindo Assistência em Viagem e Protecção Jurídica)
 - Preços a partir de 26.689\$00 / viatura
- **MULTIRISCOS / HABITAÇÃO** (vários riscos numa só apólice)
 - Preços a partir de 813\$00 por cada 1.000 contos
- **ACIDENTES DE TRABALHO** (empregada doméstica - trabalho à hora)
- **SEGURO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS** (doença / acidente)
 - Intervenção Cirúrgica
 - Tratamentos
 - Medicamentos, etc.
 - Desconto superior a 50%

VIDA / POUPANÇA (diversos para vida militar, incluindo missões no estrangeiro)

Para informações e simulações está na sede da ANS todas as sextas-feiras das 14h00 às 18h00

Hiper-pneus -

Vantagens para os sócios da ANS

Apenas mediante a apresentação do respectivo cartão de sócio, os sócios da ANS beneficiam de condições especiais na empresa **Hiper-Pneus S.A.**

Os sócios beneficiam das seguintes vantagens:

- Pneus novos: 40% de desconto sobre os preços da tabela pública;
- Montagem gratuita;
- Serviços: alinhamento de direcção e equilíbrio de rodas com 20% de desconto sobre os preços da Tabela Interna;
- Lubrificantes GALP: 30% de desconto sobre os preços da Tabela Pública;
- Mudanças de óleo gratuitas.

Estabelecidos em: Vila Viçosa, Palmela, Angola, Faro, Algés, Lisboa, Sacavém, Póvoa de S.to Adrião, Aveiro, Matosinhos

A ANS entregou à Comissão de Defesa Nacional uma proposta de alteração do D.L. nº 236/99, de 25 de junho, que aprova o novo estatuto dos militares das forças armadas.

Esta proposta continha alterações a 24 artigos do corpo do diploma e do EMFAR.

Pela sua importância transcrevemos a introdução a esse trabalho.

Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional

Ilustres Deputados,

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) entende que devem ser objecto de alterações de natureza material e formal, através de Lei, as seguintes normas contidas no DL nº.236/99, de 25 de Junho, que aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, com os fundamentos nas razões para cada caso indicado e tendo como base os seguintes princípios:

1º *Aperfeiçoamentos formais ou técnico-jurídicos com vista a eliminar-se dúvidas de interpretação ou de conflitualidade normativa entre regimes jurídicos na administração pública;*

2º *Problemática do desenvolvimento das carreiras militares, designadamente: alteração dos tempos mínimo e máximo de permanência nos postos e mecanismos reguladores de carreira tendo em conta o direito comparado nos países da União Europeia;*

3º *Existência de mecanismos capazes de assegurar um fluxo, contínuo e equilibrado, de acesso vertical aos diferentes postos da classe de sargentos (eliminar as disparidades,*

entre ramos, em tempo médio de permanência nos postos) tendo em conta o princípio de igualdade de oportunidades e de justiça distributiva;

4º *Harmonização das carreiras da categoria de sargentos entre os 3 ramos das Forças Armadas por forma a eliminar situações de injustiça geradoras de desmotivação e de graves problemas institucionais;*

5º *A tipificação normativa das funções dos sargentos, tendo em conta o modelo NATO, de modo a garantir o seu pleno rendimento funcional. Num estudo feito aos quatro países que compõem a EUROFOR (Portugal, Espanha, Itália e França) os sargentos portugueses, apesar das referências elogiosas que reiteradamente lhes são dirigidas, comparativamente com os sargentos dos restantes países encontram-se numa posição bastante inferior no plano das equivalências funcionais, como adiante se vai demonstrar (ANEXO 1).*

6º *Desde já, e dentro do espírito que sempre norteou o relacionamento da ANS com esta Comissão, colocamo-nos ao vosso inteiro dispôr para todo e qualquer esclarecimento que entendam por necessário.*



ÚLTIMA HORA

A ANS entrega carta ao MDN

Em 5 de Abril a ANS foi portadora de uma carta da EUROMIL dirigida a S. Exa o Ministro da Defesa Nacional. A carta foi entregue por uma delegação da ANS ao Chefe de Gabinete do MDN num acto carregado de formalismo.